

**FUNDAÇÃO OSVALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ALECKSANDRO WELISSON LÉCIO LUTQUE
ANDRÉA SOARES DE OLIVEIRA**

**UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DE CONTEUDOS AFRO-
BRASILEIROS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

**VOLTA REDONDA
2017**

**FUNDAÇÃO OSVALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ALECKSANDRO WELISSON LÉCIO LUTQUE
ANDRÉA SOARES DE OLIVEIRA**

**UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DE CONTEUDOS AFRO-
BRASILEIROS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado ao curso de Educação Física
do UniFOA

Orientador
Prof Ms.: Otávio Barreiros Mithidieri

Alunos: Alecksandro Welisson Lécio Lutque
Andréa Soares de Oliveira

**VOLTA REDONDA
2017**

RESUMO

O trabalho analisa o ensino da cultura afro-brasileira no ensino escolar, ressaltando a dimensão da importância do estudo dessas culturas e etnias que compõe grande parte da população brasileira e que influenciaram diretamente na identidade brasileira, com toda a sua riqueza cultural.

Discute-se o papel da Educação Física escolar nessa temática, sendo ela a matéria que trabalha com a cultura corporal. Para tal estudo, foi utilizado argumentos de diversos autores acerca do assunto abordado. Diante dos devidos estudos, criou-se uma indagação acerca sobre o papel pedagógico da Educação Física Escolar no ensino da Cultura Afro-Brasileira na concepção procedimental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física escolar, Lei Federal 10.639/03 História e Cultura Afro-Brasileira

ABSTRACT

The article analyzes the teaching of Afro-Brazilian culture in school education, highlighting the importance of the study of these cultures and ethnic groups that compose a large part of the Brazilian population and that directly influenced the Brazilian identity, with all its cultural richness.

The paper discusses the role of School Physical Education in this subject, being the matter that works with the body culture. For this study, several authors' arguments about the subject were used. In view of the appropriate studies, an inquiry is made about the pedagogical role of Physical Education in the teaching of Afro-Brazilian Culture in the procedural conception.

KEYWORDS: afro-brasileira culture, school physical education, Federal Law 10,639 / 03 Afro-Brazilian History and Culture

INTRODUÇÃO

Pretende-se com esse estudo abordar questões referentes à aplicação dos conteúdos afro-brasileiro nas aulas de educação física escolar no ensino fundamental, quando estes atravessam os limites da sala de aula, vindo para a prática propriamente dita, ou seja, a vivência de uma cultura corporal.

Considerando a Educação Física a partir dos pressupostos da metodologia crítica superadora, que segundo SOARES (1992) é uma disciplina escolar que trata pedagogicamente do que denominamos de manifestações da cultura corporal de movimento, podemos concluir que o seu ensino é muito mais do que apenas executar exercícios corporais repetitivos e sem sentido. Ela expressa diferentes tipos de linguagem nas quais cada manifestação da cultura corporal possui seu repertório próprio.

Para tratar de tal assunto escolhemos manifestações culturais de matriz africana, pois nelas, segundo Sodré (2002, p.45) *“o corpo toma um ‘lugar’ de observação da vida coletiva, da projeção do simbólico, da inscrição da cultura e da reinvenção da tradição”*.

Através da revisão de literatura busca-se compreender a apropriação ou não dessa prática popular no espaço escolar e os olhares que a ela estão sendo dispensadas pela escola e principalmente pelos profissionais de educação física, assim como o ensino de diferentes linguagens ligadas a cultura corporal no sentido de democratizá-las.

PROBLEMA

A população negra trouxe para o Brasil, as mais variadas formas de expressão cultural que, embora sob a designação genérica de cultura africana, trazem as matrizes dos mais diferentes grupos que fazem parte da composição étnica plural daquele continente (SLENES, 1992).

De acordo com Silva (2013), a Lei Federal 10.639, sancionada em 2003 foi *“um marco na Educação Brasileira na construção da democracia em nosso país”*. Salienta-se que esta lei de 2003 foi modificada pela Lei Federal 11.645 de 2008, que acrescentava a redação da lei anterior, também a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena de nosso país.

Se tratando de legitimação da cultura negra, a referida autora, pontua ser a lei um símbolo das lutas de distintos grupos para que tivessem reconhecida a decisiva contribuição dos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira. Para Gomes (2012), a lei desafia a deixar de tratar abstratamente as diferenças culturais e históricas entre os diferentes grupos étnico-raciais que compõe a nação brasileira.

A Lei 10639/03, ao determinar que se reconheça a história e cultura dos africanos e dos afrodescendentes como constitutivas da nação brasileira, garante efetivamente o estabelecido pela constituição nacional, no sentido de igual direito as suas histórias e cultura, devido a cada um dos brasileiros, da importância e necessidade de cada cidadão conhecer e valorizar as distintas raízes da cultura e conseqüentemente da vida nacional. (SILVA, 2013, p.2)

Estas duas leis (10.639/03 e 11.645/08) alteraram a lei maior da educação brasileira, a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), introduzindo o artigo 26-A e, dessa forma, estabeleceram sucessivamente a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Porém as referidas leis em seu texto aponta em seu parágrafo segundo, que esses conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileira. Estas disciplinas são parte do ensino fundamental II, ou como alguns autores chamam, segundo segmento (6º ao 9º ano).

De acordo com a LDB (2016) a Educação Física possui um status de componente curricular obrigatório, tornando sua práxis comprometida com a socialização e ampliação do universo cultural dos alunos. A experiência escolar das aulas de educação física deve contribuir para uma reflexão profunda da própria cultura corporal.

Com isso, pretenderá não somente a valorização identitária, mas também a ampliação cultural e o reconhecimento das diferenças. Sendo assim, a área pode proporcionar aos alunos experiências pedagógicas que viabilizem a prática de manifestações corporais veiculadas pelas brincadeiras, lutas, esportes, ginásticas e danças oferecendo a cada aluno, a oportunidade de posicionar-se enquanto produtor de cultura corporal.

Procurando tecer aqui considerações sobre a utilização das manifestações culturais Afro-Brasileiras como possível conteúdo da Educação Física escolar, surge uma indagação, ou seja:

a) De que formas os conteúdos Afro-Brasileiros tem sido utilizado nas aulas de educação física escolar no ensino fundamental quando se trata da dimensão procedimental do conteúdo?

JUSTIFICATIVA

Alguns estudos apontam que o Brasil se apresenta como o país que recebeu o maior contingente de população negra vinda da África, de diversas nações e/ou etnias, tais como Angola, Benguela, Mina, Courana, Nagos, Congos, Cabindas entre outras, que são percebidas a partir dos nomes dos escravos traficados pra cá (KARASCH, 2000).

Sujeitos fundamentais na construção do Brasil que deixaram suas marcas em todas as dimensões da vida nacional, jogando com as diferenças e elaborando trocas, que Sodré (2002) vai chamar de jogo de sedução. Porém, de acordo com Oliveira (2013), esse legado tem sido ignorado ou secundarizado pela escola brasileira, mesmo que muitas vezes tenha sido reconhecida a participação do negro na constituição de uma identidade brasileira.

É também Oliveira (2013) que vai nos mostrar que estas discussões precisam ser recuperadas e evidenciadas para darem sustentação as argumentações teóricas e as reivindicações políticas em busca da igualdade substantiva. A lei 10.639/03 e a lei 11.645/08, preconizam que o trabalho com as questões raciais na escola perpassa pela consciência de que os africanos, afro-brasileiros e indígenas existem e são sujeitos na construção da sociedade brasileira, tem historia, memória, valores que precisam ser reconhecidos também dentro da escola.

Apesar de tais leis indicarem que os conteúdos devem ser trabalhados em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, a Educação Física Escolar dentro de sua especificidade, tratando a cultura brasileira dentro de uma proposta específica baseada na cultura corporal de movimento, possui ferramentas que contribuirão para a afirmação e o reconhecimento das diferenças, na medida em que oferece em suas práticas subsídios para que o aluno conheça e reconheça um determinado movimento, sendo capaz de significar e ressignificar o mesmo de acordo com seus valores, transformado, adaptando, escolhendo e julgando. Além disso, uma disciplina que tem como foco o corpo não tem como ignorar aspectos desse próprio corpo, relevantes nas relações entre alunos e professores.

Estudos mostram que desde seu surgimento no Brasil, início do séc XIX, a Educação Física esteve comprometida com o poder dominante, inicialmente com a finalidade de higienização dos corpos. Para Castellani Filho (1991), este corpo eleito representante de uma classe e de uma raça, serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a eles ligados, explorando em nome de uma superioridade racial e social da burguesia branca todos que, por suas singularidades étnicas ou pela marginalização socioeconômica, não se adequasse ao modelo anatômico construído pela higiene.

Acredita-se que os conteúdos Afro-Brasileiros são um maravilhoso campo de possibilidades para os profissionais de Educação Física Escolar, pois são manifestações dinâmicas de nossa cultura.

METODOLOGIA

Este estudo analisou como os conteúdos afro-brasileiros tem dialogado com os da escola, a fim de reconhecer sua importância nas aulas de educação física escolar no ensino fundamental no que tange a vivencia corporal como elemento da cultura Afro-Brasileira.

Bem como identificar as práticas discursivas que dão base para sua aplicação nas aulas de Educação Física; propor uma discussão sobre os elementos da cultura Afro-Brasileira nas aulas de educação física no campo procedimental; observar que saberes são transmitidos nos conteúdos afro-brasileiros colaborando para uma educação das relações étnicoraciais.

A partir de uma abordagem qualitativa, indica na revisão de literatura com verificação preliminar de artigos científicos, dissertações e livros sobre o nosso tema proposto, cuja base da pesquisa foi através do Google e Cielo. O relato da pesquisa será realizado por meio de elaboração de artigo que será nosso trabalho de conclusão de curso (TCC). Espera-se que o resultado deste estudo possa contribuir no entendimento sobre a importância da utilização dos conteúdos afro-brasileiros e suas diversidades na educação física escolar no ensino fundamental.

DESENVOLVIMENTO

Para construir o referencial teórico que servirá de base às discussões deste trabalho, aborda-se as concepções de Oliveira (2013), na qual propõe a ideia de “ir

aos porões”, para dar sustentação sócio-histórica ao que se vive no presente. A autora diz que é preciso *“evidenciar as raízes do presente, os fatores que deram origem a condição atual do negro, os quais ressignificados através dos tempos, reaparecem com novas aparências”*.

A Cultura Corporal será abordada como uma tendência para a Educação Física Escolar, cuja meta é se alinhar aos objetivos educacionais, de modo que facilite e promova uma educação do corpo e do movimento para a diversidade, formando o cidadão que vai reproduzi-la e transformá-la. Para tal, busca-se embasamentos em SOARES (1992), a partir de suas reflexões teórico-metodológicas, tomando a Educação Física como matéria escolar que trata pedagogicamente, temas como os jogos, a ginástica, as lutas, as acrobacias, a mímica, o esporte, a Capoeira e outros.

Por fim, para tratar de Cultura Negra e suas manifestações que, ao longo desses anos traz, imbricada em sua prática a luta de um povo para manter seus costumes, suas tradições e suas raízes, em SODRÉ (2005), que ao discutir questões relativas à Cultura, opera com o conceito de transitoriedade entre modernidade e pós-modernidade, sentido e representação. Isso, implica num processo que esta em construção, enquanto o significado é algo pronto, já definido. O símbolo, por sua vez, é um material ordenador, e a relação simbólica é sempre ambígua para a organização social.

De acordo com Gomes (2013), a Lei Federal nº 10639/03 sinaliza avanços em direitos sociais e educacionais, implicando numa postura de intervenção e construção de uma política que leve em consideração a diversidade cultural contrapondo-se à presença do racismo e de seus efeitos. Porém, a autora acima citada revela que não há uma uniformidade no processo de implementação da Lei Federal 10.639/03 nos sistemas de ensino e nas escolas públicas participantes. *“Trata-se de um contexto ainda marcado por tensões, avanços e limites”*. (Gomes, 2013, p. 32). Corroborando com Gomes (2013), Silva (2013) pontua que a implantação da Lei 10.639/03 tem se construído enfrentando resistências veladas, mas não invisíveis, de gestores de sistemas de ensino, de diretores de escolas, de professores.

Apesar destes desafios, a Lei está possibilitando o tencionamento das práticas curriculares hegemônicas e provocando o questionamento sobre a seletividade dos currículos escolares ao discutir que eles não transmitem simplesmente o

conhecimento acumulado pela humanidade: eles são seletivos e têm sido predominantemente eurocêntricos. “Os currículos serão sempre seletivos, mas podem ser menos parciais em um processo que, trazendo a tona os conflitos e problematizando as relações de poder que hierarquizam as diferenças, a diversidade possa ser efetivamente contemplada”. (GOMES, 2013, p.11)

Mesmo que haja um “silenciamento” e uma “abstenção” nas discussões dos estudos étnico raciais no âmbito escolar, verificamos também que houve algum avanço nos estudos de matriz africana nestes últimos anos. Como exemplo, podemos citar a pesquisa coordenada pela Prof.^a Nilma Lino Gomes, onde a autora observou significativos avanços da expansão e aplicabilidade dos estudos étnico raciais e da história e cultura africana e afro-brasileira.

“As mudanças nas práticas escolares observadas podem ainda não ser do tamanho que a superação do racismo na educação escolar exige, mas é certo que algum movimento afirmativo está acontecendo. Em algumas regiões, sistemas de ensino e escolas o processo está mais avançado, em outros ele caminha lentamente e em outros está marcado pela descontinuidade”. (GOMES, 2013, p.132)

Gomes (2013) percebe ainda que a escola não é o único espaço e/ou responsável para alterar as desigualdades étnico-raciais vigentes, mas ela contribui de forma significativa, enquanto espaço formativo legitimado socialmente para mudá-las, trazendo questionamento à essas relações na sociedade. Sendo assim, as culturas populares de matriz africana como a capoeira, o jongo, o samba e tantas outras articulam-se com um vasto campo de conhecimentos e saberes, que transmite ao corpo saberes étnicos culturais construindo ainda processos de uma identidade étnica através de uma praticas culturais que pressupõem um saber fazer corporal específico.

As reflexões contidas nesse trabalho, em nenhum momento tiveram um caráter ou pretensão de ser um ponto final no que diz respeito às discussões envolvendo manifestações de matriz afro e suas aplicações através da lei 10.639/03 e lei 11.645/08. Há diversas possibilidades de diálogos que esse estudo pode proporcionar.

CONCLUSÃO

A população afro-brasileira compõe mais da metade da sociedade brasileira. Seus costumes e tradições foram influenciando ao longo do tempo na construção da

sociedade que conhecemos hoje. Portanto, é necessário ser abordado suas histórias em sala de aula, para que se possa criar uma conscientização acerca da influência que a Cultura Afro-Brasileira tem na construção da identidade brasileira.

No referido conceito procedimental do ensino da cultura negra nas aulas de educação física, podemos citar que atividades tradicionalmente africanas como a capoeira, o jongo e até na adaptação de alguns esportes para o ensino dessa cultura, ajudam na conscientização desse estudo. A Educação Física Escolar tem papel primordial na construção da cultura corporal. Sendo assim, passa a ser a matéria mais influente no assunto, visto que não se tem dada a devida importância a esse estudo e precisa ser melhor trabalhada.

Portanto, a Cultura Afro-Brasileira está diretamente ligada na construção da tradição brasileira, mas tal assunto só ganha forças em datas específicas como no dia da consciência negra. É preciso procurar maneiras de tirar essa alienação para que a cultura africana ganhe a devida importância que ela merece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional, (2003). Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Diário oficial, Brasília. Altera a lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro brasileira e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional, (2008). Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Diário oficial, Brasília. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro (1996). LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil:** a história que não se conta. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1991.

GONÇALVES JÚNIOR, L. Etnomotricidade, multiculturalismo e Educação Física escolar. In: CARREIRA FILHO, D.; CORREIA, W. R. (Orgs.). **Educação Física escolar: docência e cotidiano**. Curitiba: Editora CRV, 2010. p. 49-67.

GOMES, Nilma Lino. (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei 10639/03**. Brasília: MEC, UNESCO, 2013.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, Iolanda. LEI 10.639/03 – Dez anos, o que mudou na educação brasileira? In: **Seminário Virtual Nacional. História e Cultura Africana e Afro-brasileira na escola**. 2013

PINTO, F. M. Movimento/cultura popular: a luta continua camará. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 11, n. 14, mai. 2001. p. 115-136.

SILVA, Petronilia Beatriz Gonçalves e. 10 anos da lei 10.639/03 – um olhar crítico-reflexivo. In; **Seminário virtual nacional. História e Cultura Africana e Afro-brasileira na escola**. 2013

SLENES, Robert. Malungo n'goma vem": África Coberta e Descoberta no Brasil. **Revista USP**. São Paulo: v.12, p.48-67, 1992.

SOARES, *et all*. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. A forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago/ Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

_____. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.